



Registro nº 46000.001519/1994-60
Ministério do Trabalho e Emprego

NOSSO SINDICATO



Ano 12 - Nº56 - Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Municipais de São José do Rio Preto e Região.

ASSEMBLEIA VAI DELIBERAR SOBRE ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DO SINDICATO

A diretoria do nosso Sindicato está propondo uma atualização estatutária com o objetivo de reger o direito de greve, democratizar a eleição sindical e estabelecer parâmetros de civilidade no tratamento dos diretores e funcionários do sindicato.

Tudo indica que teremos, a partir de 1º de janeiro, graves ameaças aos nossos direitos. Nas entrevistas concedidas pelos futuros detentores do poder ao jornais fica evidenciada a intenção de retirar direitos trabalhistas e previdenciários. Assim, estamos tomando a iniciativa de atualizar nosso Estatuto para responder as ameaças.

A última alteração estatutária ocorreu em 2011 e desde esta época muitas mudanças jurídicas aconteceram. A questão do direito de greve no serviço público passou a ser regrada pela Lei 7.783/89 e, observando a jurisprudência acumulada, é importante que se estabeleça o percentual de presença na assembleia geral para deflagração de greve da categoria. Neste caso, a

proposta é que para deflagração de greve a assembleia deve contar com a presença de, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos servidores ativos e a decisão de paralização ter aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes. O processo eleitoral também precisa de ajustes que tornem o pleito mais democrático. Assim, a proposta é retirar a obrigatoriedade de apresentação de vários documentos para inscrição de chapa, redução do número de componentes das chapas e redução do quórum eleitoral quando há apenas uma chapa inscrita. Outra novidade é a necessidade de estabelecer parâmetros de civilidade no relacionamento com os representantes da entidade. Isto decorre do comportamento agressivo e desrespeitoso com o qual alguns associados tratam os diretores e funcionários.

Todas as propostas de alteração estatutária estão disponíveis no site do nosso sindicato pelo endereço: www.sspm.org.br/site/arquivos/proposta.pdf

ASSEMBLEIA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

DIA 20 DE DEZEMBRO - 18H NO CLUBE DO LAGO



DESEJAMOS UM

Feliz Natal

E UM ANO NOVO REPLETO DE REALIZAÇÕES.



QUEREM ACABAR COM A NOSSA APOSENTADORIA

Passada as eleições tudo ficou mais claro! A proposta de “reforma da previdência” (PEC 287/16) de Temer ganhou o apoio do presidente eleito Jair Bolsonaro e está pronta para ser votada no Congresso Nacional.

A imprensa espalha mentiras dizendo que há um rombo na previdência e se não reformar (retirar direitos) ninguém vai se aposentar. Porém, o Senado Federal realizou uma CPI para analisar o déficit da Previdência Social e concluiu “haver inconsistência de dados e de informações anunciadas pelo Poder Executivo, que ‘desenham um futuro aterrorizante e totalmente inverossímil’, com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas.”

Por outro lado, é verdade que a “reforma” trabalhista que acaba de completar um ano de vigência vai complicar a previdência social. Isso porque ao criar o contrato

intermitente no qual o trabalhador não recebe décimo terceiro e férias, também não haverá recolhimento da contribuição previdenciária.

A PEC 287/16 vai aumentar a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres. Vai por um fim na aposentadoria especial dos professores e acabar com a aposentadoria para quem trabalha em atividades prejudiciais à saúde. Por outro lado, as sucessivas declarações do presidente recém eleito, Jair Bolsonaro, e seus futuros ministros indicam que haverá uma reforma também no modelo financiamento da aposentadoria. O que se propõe é mudar para o “Regime de Capitalização” decretando o fim da previdência pública e obrigando o trabalhador a abrir uma conta individual em um Banco que vai aplicar seu recolhimento no mercado financeiro. Detalhe, o patrão/governo não contribui.

Para garantir a nossa aposentadoria vamos ter que lutar muito!



Em 2017 o trabalhadores atenderam ao chamado das centrais sindicais e impediram a aprovação da “reforma” da previdência de Temer. A participação da cidade de Rio Preto nos atos nacionais ajudou a manter as atuais regras de aposentadoria.